

AS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS ENTRE OS JUDEUS E OS PERSAS NOS SÉCULOS VI E V ANTES DE CRISTO

Asaph Mozart Santos de Souza (IC) e Silas Luiz de Souza (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

A nação judaica passou por inúmeros obstáculos no decorrer da História, desde a tomada de Jerusalém pelos babilônicos, o povo judeu ansiava pela sua libertação do cativeiro. Com o domínio persa, os judeus foram libertos do exílio e autorizados a voltar para sua terra natal, reconstruindo suas vidas e identidades. Nesse recomeço, existiram relações profícuas entre judeus e os soberanos aquemênidas de tal forma que determinaram para sempre suas sociedades e culturas. Nesse trabalho, pretendemos investigar de forma um pouco mais profunda a natureza e o desenvolvimento de tais conexões entre o governo persa e a renascente nação judaica nos séculos VI e V a.C. através de documentos arqueológicos e historiográficos que nos possibilitam conhecer mais o processo de aculturação entre os judeus e os persas, sua dinamicidade e política administrativa de Judá. A organização social e religiosa da província se faz necessário conhecer junto dos principais personagens que atuaram nesses dois séculos de história para que possamos entender mais das tradições culturais locais e de seu legado para a história mundial. Para isso investigamos sob a ótica do povo dominado judeu, como eram suas relações com seus dominadores, procurando no dito e no não dito informações que nos levem a compreender mais seus pensamentos e dificuldades enfrentadas na reconstrução e na sustentação política independente de Jerusalém diante das outras províncias ao redor.

Palavras-chave: Bíblia. Judeus. Persas.

ABSTRACT

The Jewish nation has gone through several obstacles throughout history, since the taking of Jerusalem by the Babylonians, the Jewish people yearned for their release from captivity. Under Persian rule, Jews were freed from exile and allowed to return to their homeland, rebuilding their lives and identities. In this new beginning, there would be fruitful relations between Jews and the Achaemenid sovereigns in such a way that they would forever determine their societies and cultures. In this work, we intend to delve a little deeper into the nature and development of such connections between the Persian government and the resurgent Jewish nation in the 6th and 5th centuries B.C. through archaeological and historiographic documents that allow us to learn more about the process of acculturation between the Jews and the Persians, its dynamics and the administrative policy of Judah. The social and religious organization of the province is necessary to know with the main characters who worked in these two centuries history so that we can understand more about local cultural traditions and their legacy in world history. To do this, we investigated from the perspective of the Jewish dominated people, what their relations were like with their rulers, looking in what was said and what was not said for information that would lead us to better understand their thoughts and difficulties faced in the reconstruction and independent political support of Jerusalem compared to the others surrounding provinces.

Keywords: Bible. Jews. Persians.

1. INTRODUÇÃO

Quando folheamos as páginas da “Tanáh”, a coleção canônica dos textos judaicos em hebraico e aramaico que formam o que conhecemos no cristianismo como Antigo Testamento, dificilmente pensamos quando esse conjunto de textos foi compilado e unido na sequência em que encontramos. Por mais que o período persa seja narrado de forma direta e indireta em livros bíblicos como os históricos de Esdras, Neemias, Ester, e os livros proféticos de Ageu e Zacarias, a comunidade judaica assentada sob o domínio persa se caracteriza principalmente não pelos eventos narrados mas pela formação da sua liturgia e escritos histórico-religiosos visando a consolidação da comunidade pós-exílica. Assim, a reunião dos textos que conhecemos hoje como Tanáh se deu justamente nessa época. Dessa forma, investigar a sintonia e as divergências entre os judeus e persas se torna o objetivo primordial desse presente artigo.

Sabemos que a construção da relação judaico-persa foi feita através de aproximadamente 209 anos, contando da invasão dos persas à Babilônia em 539 a.C. até a morte do último rei aquemênida Dario III em 330 a.C. Portanto, possui uma ampla história que merece ser delineada pelo menos em termos gerais para futuras pesquisas na área, e é isso que pretendemos esboçar nas linhas abaixo. Começando pela hegemonia persa, analisaremos o retorno dos exilados judeus da Babilônia e a cultura da sociedade recém-reestruturada em torno do Templo de Jerusalém, baseando-nos em historiadores antigos e contemporâneos. Após isso, tentaremos traçar um pouco da importância desse período para a construção das duas nações modernas: Irã e Israel.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1. A Ascensão do Império Persa:

Ciro II, rei dos persas entre 559 a 530 a.C., foi um importante soberano da Antiguidade tendo governado o maior Império conhecido até então e um dos maiores até os dias de hoje. Conhecido como “Grande Rei”, foi o responsável pela “unificação” dos medos e persas em 550 a.C., ou melhor dizendo: o conquistador dos medos, pois a Pérsia, como era um reino vassalo da Média, se sublevoou sob o comando de Cyrus, derrotando o rei medo Astiages. Esse fato é muito bem narrado pelo historiador grego Heródoto (I, 107-130). Este junto de outros gregos como Xenofonte e Ésquilo que viveram no século V a.C. constituem uma importante fonte documental acerca da visão grega sobre os persas, que não por acaso constitui a visão ocidental da civilização persa antiga. Como muitos persas, assim também

como diversos povos da antiguidade, em sua maioria eram analfabetos, grande parte dos escritos que chegaram até nós são de procedência estrangeira: relatos judaicos, babilônicos e gregos formam o arcabouço histórico principal acerca da organização, administração, cultura e sociedade persa. Isolados pontos arqueológicos no Irã e em outras regiões do Império fazem com que possamos contrastar os documentos externos à realidade interna do cotidiano persa.

Ciro era visto por seus pares persas como o líder que os libertou do domínio medo que durava mais de um século. Já na visão dos medos a história muda: se tivermos os escritos de Heródoto como o mais próximo da realidade, veremos que eles encaravam os persas como um povo tribal e bárbaro. Logo, não deve ter sido muito “alegre” para os medos ter um monarca persa. Ao mesmo tempo, o historiador grego nos mostra que os persas assimilavam facilmente os costumes dos outros povos e inclusive “pegaram” dos medos o estilo de se vestirem. Essa hibridização cultural que os persas estabeleceram formou um sistema de trocas que foi a base da “helenização” na Ásia nos dois séculos antes de Cristo.

Depois de unificada a Média-Pérsia, Ciro dominou a Lídia – fabricante de moedas que seriam transportadas por todo império como veremos adiante – e a Ásia Menor, combateu os citas no oriente, extendendo seu domínio ao Cáucaso, e por fim derrotou o Império Babilônico, do qual os judeus faziam parte como cativos. Sobre isso nós podemos ler no famoso Cilindro de Ciro exposto no Museu Britânico e descoberto em 1879 pelo arqueólogo Hormuzd Rassam na região sul da Babilônia no templo de Esagila. O texto fala que após Nabonido (555 – 539 a.C.) ter pervertido os cultos dos deuses babilônicos, incluindo o do deus da cidade: Marduk e imposto trabalho compulsório à população livre, esta, por sua vez começou a se queixar com os deuses e estes ouviram suas preces. Na tradução do cilindro feita por Irving Finkel, curador de coleções cuneiformes do Museu Britânico, está escrito:

Marduk, o grande senhor, que nutre seu povo, viu com prazer suas boas ações e coração verdadeiro e ordenou que ele [Ciro II] fosse para a Babilônia. Ele o fez tomar a estrada para Tintir e, como amigo e companheiro, caminhou ao seu lado. Suas vastas tropas, cujo número, como a água de um rio, não pode ser contada, marcharam totalmente armadas ao seu lado. Ele o fez entrar sem lutar...[e] salvou sua cidade, Babilônia, das dificuldades. Ele entregou Nabonido, o rei que não o temia [a Ciro]. Todo o povo de Tintir, de toda a Suméria e Acádia, nobres e governadores, curvaram-se diante dele e beijaram seus pés, regozijando-se com sua realeza e seus rostos brilharam (Ciro, 539 a.C., Londres: 2023).

No livro do profeta Isaías também está escrito a respeito disso, citando provavelmente as portas feitas de bronze da Babilônia:

Assim diz o Senhor ao seu ungido, a Ciro, a quem tomo pela mão direita, para abater as nações diante de sua face, e descingir os lombos dos reis,

para abrir diante dele as portas, e as portas não se fecharão. Eu irei adiante de ti, e endireitarei os caminhos tortuosos; **quebrarei as portas de bronze**, e despedaçarei os ferrolhos de ferro. Dar-te-ei os tesouros escondidos, e as riquezas encobertas, para que saibas que eu sou o Senhor, o Deus de Israel, que te chama pelo teu nome. Por amor de meu servo Jacó, e de Israel, meu eleito, eu te chamei pelo teu nome, pus o teu sobrenome, ainda que não me conhecesses. Eu sou o Senhor, e não há outro; fora de mim não há Deus; eu te cingirei, ainda que tu não me conheças; Para que se saiba desde o nascente do sol, e desde o poente, que fora de mim não há outro; eu sou o Senhor, e não há outro (Is 45: 1-6)

E em outro lugar diz:

Quem suscitou do oriente **o justo** e o chamou para o seu pé? Quem deu as nações à sua face e o fez dominar sobre reis? Ele os entregou à sua espada como o pó e como pragana arrebatada pelo vento ao seu arco... **Suscitei a um do norte, e ele há de vir; desde o nascimento do sol invocará o meu nome;** e virá sobre os príncipes, como sobre o lodo e, como o oleiro pisa o barro, os pisará (Is 41: 2, 25).

Entendemos ao olhar esses textos mais de perto, que Ciro é tratado como “*messiah*”, um título dado ao “ungido de Deus”, geralmente um líder judeu e libertador de Israel. Contudo, em toda a parte do Antigo Testamento, apenas nos capítulos de Isaías temos que este epíteto é dado para um estrangeiro. Dessa forma, vemos o quão importante Ciro seria de fato para o povo judeu e também para os babilônicos que o descrevem como o “amigo” de “Marduk” no cilindro de Esagila.

2.2 O Êxodo Judeu:

No primeiro ano de Ciro, rei da Pérsia (para que se cumprisse a palavra do Senhor, pela boca de Jeremias), despertou o Senhor o espírito de Ciro, rei da Pérsia, o qual fez passar pregão por todo o seu reino, como também por escrito, dizendo: Assim diz Ciro, rei da Pérsia: O Senhor Deus dos céus me deu todos os reinos da terra, e me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém, que está em Judá. Quem há entre vós, de todo o seu povo, seja seu Deus com ele, e suba a Jerusalém, que está em Judá, e edifique a casa do Senhor Deus de Israel (ele é o Deus) que está em Jerusalém. E todo aquele que ficar atrás em algum lugar em que andar peregrinando, os homens do seu lugar o ajudarão com prata, com ouro, com bens, e com gados, além das dádivas voluntárias para a casa de Deus, que está em Jerusalém (Ed 1: 1-4).

O “Edito de Ciro”, como ficou conhecido, foi a garantia jurídica da volta dos exilados judeus para a sua terra natal que se encontrava desolada. Apesar da arqueologia não nos oferecer nenhuma prova capaz de certificar a existência de tal “Edito”, segundo Frizzo (2020, p. 217), citando o livro do historiador Bright, História de Israel (1978) há “uma ordem oral do monarca Ciro registrada nos anais da corte e que mais tarde fora divulgada por escrito ordenando todo o processo de reconstrução da província de Judá”. Ao transcrever o texto do capítulo 6 de Esdras, onde este foi redigido em aramaico, a língua oficial do império, apresentando as

exatas medidas que Ciro determinou para o templo que deveria ser construído em Jerusalém e suas doações, o autor afirma:

Não se descarta a possibilidade de o edito exposto em Ed 6: 3-5 ser uma ligeira reedição de textos encontrados nos arquivos de Ecbátana, também que o decreto exposto por Ed 6: 3-5 tenha sido uma transcrição oficial de uma antiga ordem, oriunda nos círculos da corte real, e mais tarde escrita em aramaico persa (FRIZZO, 2020, p. 217).

O edito foi promulgado no ano de 539 a.C. Pela narrativa histórica, a primeira empreitada rumo a “terra santa”, inaugurando o retorno dos cativos foi exatamente um ano depois da publicação do decreto. Podemos chamar esse período de um “novo Êxodo”, pois assim como quando o povo de Israel era cativo no Egito, novas gerações nasceram, cresceram e se relacionaram com as culturas locais. A “terra estrangeira” citada nos salmos: “Como cantaremos a canção do Senhor em terra estranha? Se eu me esquecer de ti, ó Jerusalém, esqueça-se a minha direita da sua destreza” (Sl 137: 4-5), agora era vista como a terra natal de muitos judeus. Zorobabel, um líder judeu de destaque na reconstrução de Judá tinha o significado do seu nome como “semente da Babilônia”. Todo êxodo mesmo sendo uma “volta ao lar” pode ser visto como uma espécie de nova deportação. Os lares foram invertidos e as novas gerações precisavam se adaptar às novas realidades a sua frente. Fazer com que todo um povo já enraizado na cultura imperial babilônica quisesse retornar para a assolada Jerusalém só era possível com a preservação das tradições e fé no SENHOR (YHWH), o que deu origem a cultura das sinagogas, que apesar de distantes do templo, olhavam em direção a cidade santa e mantinham a certeza da volta. O êxodo começou, não nos mesmos quantitativos de séculos atrás no Egito e nem sob a liderança única de alguém como Moisés, mas sob o olhar fixo na Lei e na terra sagrada que os esperavam.

Também o rei Ciro tirou os utensílios da casa do Senhor, que Nabucodonosor tinha trazido de Jerusalém, e que tinha posto na casa de seus deuses. Estes tirou Ciro, rei da Pérsia, pela mão de Mitredate, o tesoureiro, que os entregou contados a Sesbazar, príncipe de Judá (Ed 1: 7-8).

Sob a liderança de Sesbazar, o sumo sacerdote Jesua e o posterior governador da província Zorobabel, os cativos retornaram totalizando o número de 42.360 pessoas, “afora os seus servos e as suas servas, que foram 7. 337; e tinham 200 cantores e cantoras” (Ed 2: 65). A partir do seu estabelecimento nas cidades, Esdras relata que no sétimo mês, levantaram-se os líderes e os sacerdotes para edificarem o altar do “Deus de Israel, para sobre ele oferecerem holocaustos, como está escrito na Lei de Moisés, homem de Deus” (Ed 3: 2). É afirmado no versículo seguinte que “ainda que estavam sob o terror dos povos de outras terras, ofereceram

sobre ele holocaustos ao SENHOR, de manhã e à tarde”. Observamos que o retorno dos exilados não foi muito bem visto pelos povos habitantes da região, o que será comprovado durante o governo provincial do judeu Neemias sobre Jerusalém (c.445 – 432 a.C.) quando nações vizinhas se levantaram contra a reconstrução da cidade.

É ingenuidade pensar que a política de “tolerância religiosa” persa se deve exclusivamente a um ato de bondade do imperador. Ciro procurava preservar suas linhas de comunicação naquela região, já que o Egito não era confiável, procurando estabelecer tropas persas na Palestina.

Condescendências às divindades estrangeiras, imposições de taxas reguladoras de impostos, incentivo na reconstrução dos templos e espaços de peregrinações, somados à proibição de reorganizar os exércitos passam a predominar nas novas estratégias desse novo império que dominará toda a região por dois séculos (FRIZZO, 2020, p. 213).

Com uma política de administração aprimorada em comparação com os impérios que o precederam com a divisão em satrapias e províncias, com a comunicação elevada e a arrecadação de impostos, o domínio persa foi extremamente forte nesse período. Apesar de agir com bondade para com o povo judeu, na verdade era muito mais vantajoso para o costume e grandiosidade do império persa manter os povos sob sua coerção e domínio sem o uso da força física, o que não foi possível com os gregos, com os quais tivemos inúmeros embates devido a sua resistência em serem governados por aqueles que eram tidos como “bárbaros” por estes.

O poder central através da administração pública persa foi obrigado a procurar compromissos com as culturas periféricas, criando-se um novo modelo de “monarquia universal” anteriormente desconhecido. O poder central se fazia presente através de seus editos, palácios, paraísos, cultos e guranções provinciais militares, mas em toda parte se encontrava a resistência das culturas locais periféricas. A ideologia monárquica era centralista mas forças locais faziam o pêndulo balançar num equilíbrio que distinguiu o governo aquemênida em seu conceito de “império” de todos que o antecederam.

E no segundo ano da sua vinda à casa de Deus em Jerusalém, no segundo mês, Zorobabel, filho de Sealtiel, e Jesuá, filho de Jozadaque, e os outros seus irmãos, os sacerdotes e os levitas, e todos os que vieram do cativoiro a Jerusalém, começaram a obra da casa do Senhor, e constituíram os levitas da idade de vinte anos para cima, para que a dirigissem (Ed 3: 8).

Com o início da construção do templo, os povos ao redor, incluindo os habitantes de Samaria, começaram a pagar pessoas para frustrarem e perturbarem os planos de reconstrução dos judeus. Com a ausência do povo judeu, o domínio da região se concentrava nas mãos desses povos, o que fez com que ficassem

insatisfeitos com o retorno das famílias de Israel. Mais para frente na história, durante o reinado de Artaxerxes, que de acordo com alguns autores seria outro nome para Cambisses (r. 529 – 522 a.C.) enquanto outros estudiosos apontam que seja Artaxerxes I Longímanso (r. 465 – 425 a.C.), veremos quem eram esses “inimigos” de Israel:

Os dinaítas, afarsaquitas, tarpelitas, afarsitas, arquevitas, babilônios, susanquitas, deavitas, elamitas e os outros povos, que o grande e afamado Asnapar – Assurbanipal (rei da Assíria entre 668 a 630 a.C.) – transportou, e que fez habitar na cidade de Samaria, e nas demais províncias além do rio, em tal tempo (Ed 4: 9-10)

A obra do templo de Deus foi interrompida graças aos esforços desses povos e ficando parada até o segundo ano de Dario Histapes I, rei da Pérsia entre 522 – 485 a.C., por sete anos. Nesse tempo os profetas Ageu e Zacarias, filhos de Ido se levantaram para profetizarem ao povo que havia abandonado a construção da “casa” do Senhor. Seus escritos demonstram um pouco da visão de quem não estava diretamente ligado ao governo sobre a realidade social do povo. Com visões escatológicas, os profetas falam sobre o tempo atual e o futuro que Israel aguarda. Gerstenbenger (2014, p. 210) afirma que a “ruína da monarquia judaica não foi aceita como definitiva nos séculos posteriores”. Na verdade ela encontra sua plenitude na pessoa do Messias, só que não é enxergada pelo povo de Israel.

Após a retomada das obras do templo, os povos da região se levantaram novamente e enviaram uma carta para o monarca persa que mandou procurar nos arquivos reais da Babilônia se havia uma ordem por parte de Ciro para a reconstrução do templo. Assim, se achou um rolo na cidadela de Ecbátana na província da Média com o decreto real, o que fez com que Dario não só permitisse a construção “respeitando” a ordem de seu predecessor como ainda fez que as despesas para obra fossem tiradas diretamente da tesouraria do rei dos tributos recolhidos além do Eufrates. Dessa forma a obra foi concluída no sexto ano do reinado de Dario e dedicada com a comemoração da Páscoa em 516 a.C. A simbologia da vitória sobre o cativo realizada na Páscoa quando da libertação de Israel do Egito é vista aqui novamente na restauração do templo, ou também chamado “Casa de Oração”.

De acordo com Gerstenberger (Ibid., p.120) o “Segundo Templo israelita em Jerusalém não era um santuário do rei, mas pertencia à comunidade”... Portanto, “a comunidade devia de algum modo se responsabilizar pelo funcionamento do local maior de culto e oração.” Ainda não foi encontrada uma comunidade de fé tão organizada naqueles tempos de governo persa como na de Jerusalém. Embora todos os povos tivessem seus próprios cultos, a “assembleia” judaica reunida em

torno do templo possuía funções políticas e jurídicas, colocando em questão muitas vezes sua própria opinião perante os dirigentes, o que não era visto nem na democracia nascente de Atenas. O autor declara também que a “reunião para o culto divino é o modelo original da reunião na sinagoga” (*Ibid.*, p. 121). Essa proximidade do exercício político entre as mais diferentes classes sociais e o funcionamento do templo enquanto centro de poder é interessante de se destacar, já que a manutenção do funcionamento dele dependia da comunidade no quesito de entrega das primícias das colheitas, do dízimo, da lenha necessária, dentre outras coisas, relacionando a instituição, o sagrado e o político num mesmo ambiente. Logo, Judá poderia ser entendida em certo grau como uma única “comunidade de cidadãos do Templo” (GERSTENBERGER, 2014, p. 119 apud Weiberger).

A história se ocupará do reinado de Xerxes I (r. 486-465 a.C.) no livro bíblico de Ester. Neste, veremos como os judeus que estavam morando na cidadela de Susã viviam na dependência da vontade do governo persa, ao ponto de terem um dia marcado para serem massacrados, sendo impedidos pela Rainha que era judia e tinha suas origens ocultas até então do monarca vigente, mas depois lhe contando a verdade e salvando o seu povo.

Apesar das objeções que se têm levantado contra a historicidade do livro, ele nos dá uma narrativa perfeitamente acreditável dos acontecimentos que poderiam ter acontecido durante o reinado de Xerxes. A declaração relativa à extensão do domínio de Xerxes (1:1; 8:9) concorda com as declarações de Heródoto (III, 97-98; VII, 9) e não se aplica a nenhum outro rei persa. A grande festa do terceiro ano do reinado de Xerxes (Et. 1: 3) harmoniza-se com a data fornecida por Heródoto (VII, 8) para o planejamento da expedição do rei persa contra a Grécia. A descrição do Seu palácio (Et. 1: 6) tem sido confirmada por descobrimentos arqueológicos. A nova esposa que foi tomada no seu sétimo ano (2: 16) encaixa-se na descrição que Heródoto faz do renovado interesse que ele manifestou em seu harém depois da desastrosa campanha grega (IX, 108-109) (PFEIFFER, 1998, p. 1073).

Olhando a história a partir de Jerusalém, esse período é obscurecido até o escriba Esdras ser comissionado pelo rei Artaxerxes I Longímanso por volta do ano de 459 a.C. para ir para Jerusalém. Só podemos ter uma ideia do que ocorreu na “cidade santa” durante o governo de Xerxes I devido as reformas feitas por Esdras nos anos posteriores, demonstrando graves erros que a nação judaica havia cometido provavelmente nessa época.

Comissionado pelo próprio rei Artaxerxes I por volta do ano de 459 a.C., o escriba e sacerdote Esdras é enviado para Jerusalém para fazer cumprir a Lei de Deus e ensiná-la em Israel. A sua comitiva contava com cerca de duas mil pessoas, dentre sacerdotes, levitas, cantores, porteiros e servidores do templo, a qual chegou em Jerusalém no sétimo ano do reinado de Artaxerxes, depois de aproximadamente

cinco meses de viagem. Após chegar, Esdras ficou sabendo dos “casamentos mistos” que o povo havia contraído durante esse tempo, provavelmente durante esses vinte anos do reinado de Xerxes. Convocando uma assembleia solene com todo o povo, ficou decidido a separação dos casamentos com mulheres estrangeiras. Esse fato ilustra o zelo com que os líderes judeus tiveram após a chegada do escriba para não permanecer em pecado diante do SENHOR. O trauma do exílio babilônico embora muitas vezes parecesse ter acabado, quando lembrado era rapidamente usado como um fator decisivo para não caírem de novo nas mãos de seus inimigos. A verdade é que mesmo com todas as condescendências reais, o povo era submetido ao governo persa. Não havia um “Estado de Israel” e sim uma província submetida ao grande “rei dos reis”, como se auto-intitulava os soberanos aquemênidas.

A estratégia de Artaxerxes ao enviar Esdras possivelmente se deve a preservação cultural local, com manutenção das identidades regionais subjugadas ao Império. Essa política de tolerância religiosa e até mesmo de incentivo fez com que por mais de duzentos anos não houvesse uma rebelião localizada estritamente em Jerusalém de que se tem notícia, com a província de Judá pagando grandes tributos ao governo persa até seus últimos dias. Tampouco a grande administração romana postumamente seria capaz disso, pelo contrário: nenhum governo anterior ou posterior que dominou essa região, que está até hoje em conflitos, conseguiu manter relativa paz por tanto tempo.

Após as reformas espirituais e políticas de Esdras, um novo personagem iria entrar em cena por volta do ano 445 a.C.: Neemias, coopeiro do rei Artaxerxes I, o qual ficou sabendo da destruição da cidade de Jerusalém. Esse fato é interpretado por muitos como sendo a destruição babilônica, o que é estranho pela quantidade de tempo que já tinha se passado desde a mesma, podendo ser uma espécie de invasão dos inimigos ao redor, mencionada por Esdras quando os homens tentaram reconstruir os muros e os povos da região “os impediram à força e com violência” (Ed 4: 23) durante o reinado desse mesmo rei, anos antes. No capítulo primeiro do livro de Neemias está escrito: “E disseram-me: Os restantes, que ficaram do cativo, lá na província estão em grande miséria e desprezo; e o muro de Jerusalém fendido e as suas portas queimadas a fogo”. Assim, Neemias clama ao “Deus dos céus” que lhe dá oportunidade e graça diante do rei que o nomeia como governador de Judá e lhe dá tudo o que precisa para restaurar os muros da cidade.

A obra foi concluída no tempo recorde de 52 dias. Omar da Silva cita no seu artigo (2020) três motivos para a reconstrução de Jerusalém que estariam incluídas nas razões alegadas no texto bíblico. Uma delas seria uma posição nacionalista,

onde se “acentua a importância histórica de Jerusalém em que ela mais uma vez é designada para figurar como capital de uma província autônoma” (*Ibid.*, p. 28). A outra seria questões político-administrativa, devido a Liga de Delos, comandada por Atenas, que fazia frente a hegemonia persa, estar afiançando revoltas no Egito contra o domínio aquemênida. Haja visto Neemias ter uma “escolta oficial” devido aos perigos da viagem como também podemos supor uma existência de uma guarnição permanente em Jerusalém agora fortificada com seus muros. Já o terceiro motivo seria político-religioso, com a delimitação de quem seria o “verdadeiro israelita” e o “Israel de Deus”. Os muros portanto serviriam para:

Fundamentar e legitimar a nova estruturação fundiária em Judá, garantindo aos repatriados a posse das terras; b) A purificação da fé em YHWH, que na ótica dos novos líderes judaítas estava ameaçada pelo culto a deuses estrangeiros transmitidos às novas gerações por meio dos matrimônios mistos e contato com as outras nações; [e] c) Fortalecer o avivamento religioso nas colônias judaicas na Babilônia e Egito, visto que, a convivência e a permanência com outros povos serviam de constantes tentações para o abandono da identidade judaíta e da exclusividade a YHWH (SILVA, 2020, p.30).

Após a conclusão das obras, o governo de Neemias na cidade foi marcado por um grande avivamento espiritual até sua morte em aproximadamente 405 a.C. (REESE, 2003, p. 1014). Antes disso, Neemias voltou para o rei após 12 anos governando a região em aproximadamente 432 a.C., que lhe deu permissão de voltar e provavelmente ficar o resto de sua vida em Jerusalém.

2.3 A Sociedade e a Organização Judaica no Governo Persa:

De acordo com Heródoto (III, 91), a quinta satrapia na administração persa incluía toda a faixa costeira do Mediterrâneo oriental entre o mar e o deserto, chamada de Transeufrates. Entretanto, segundo Asheri (*Ibid.*, p. 104) essa região e a Mesopotâmia constituíram uma única satrapia até o reinado de Xerxes. Antes deste, Dario mesmo já teria começado uma reorganização administrativa do reino, “preferindo deixar o governo local nas mãos dos regentes tradicionais, sempre que estes se mostrassem prontos a colaborar”. No livro de Ester veremos que as – aproximadamente – 20 satrapias/distritos eram divididas em diversas províncias chegando ao número de 127 no reinado de Assuero, o qual entendemos ser Xerxes (r. 485-464). Judá, portanto seria uma província pertencente a quinta satrapia, podendo estar unida à Samaria até o governo de Neemias. Segundo Gerstenberger, a autonomia de Judá pode ser comprovada diretamente nas últimas décadas do século IV a.C. através de selos e moedas de prata achados na região pela arqueologia que trazem escritos “Yehud” = Judá e muitos nomes dos governadores como selo de leão (2014, p. 104).

Judá, como toda província, seja ela rica como a Babilônia ou pobre como as províncias pertencentes às tribos da montanha ao leste, devia impostos ao “Grande Rei”. Todavia, apesar dos pesados impostos, uma parcela considerável das receitas, talvez a maior parte, permanecia nas províncias ou a elas retornava, e “contribuía indiretamente para o desenvolvimento econômico e cultural local”. Uma outra parte acumulava-se “nos tesouros centrais” (2006, p.115). Essa parte muitas vezes é constituída em investimentos provinciais e na “ração” ou “salário” dos governos da província, pelo que Neemias como governador irá exclamar:

Também desde o dia em que me mandou que eu fosse seu governador na terra de Judá, desde o ano vinte, até ao ano trinta e dois do rei Artaxerxes, doze anos, nem eu nem meus irmãos comemos o pão do governador. Mas os primeiros governadores, que foram antes de mim, oprimiram o povo, e tomaram-lhe pão e vinho e, além disso, quarenta siclos de prata, como também os seus servos dominavam sobre o povo; porém eu assim não fiz, por causa do temor de Deus. Como também na obra deste muro fiz reparação, e terra nenhuma compramos; e todos os meus servos se ajuntaram ali à obra. Também dos judeus e dos magistrados, cento e cinquenta homens, e os que vinham a nós dentre as nações que estão ao redor de nós, se punham à minha mesa. E o que se preparava para cada dia era um boi e seis ovelhas escolhidas; também aves se me preparavam e, de dez em dez dias, muito vinho de todas as espécies; e nem por isso exigi o pão do governador, porquanto a servidão deste povo era grande. Lembra-te de mim para bem, ó meu Deus, e de tudo quanto fiz a este povo (Ne 5: 14-19).

Vemos, portanto que o povo passava por inúmeras dificuldades com os pesados tributos impostos durante os anos entre o governo provincial de Zorobabel e Neemias, entre 510 e 445 a.C, e não temos evidências de que após o governo de Neemias os judeus não tenham novamente caído nos mesmos pecados anteriores e nas mãos de governos exploratórios.

De modo geral, pode-se dizer que na antiga Ásia e no antigo Oriente Próximo a maioria dos homens eram lavradores ou criadores nômades. Sua principal preocupação era o pão de cada dia. Eles viviam em aldeias ou pequenas comunidades urbanas, numa economia de subsistência, para a qual todos os membros da família tinham de contribuir segundo suas forças, da juventude até a velhice (GERSTENBERGER, 2014, p. 89).

Segundo o Luiz Alexandre Rossi (2005) a necessidade tributária em cima de uma região eminentemente agrícola fazia com que os camponeses fossem forçados a vender seus produtos para o pagamento em moedas. As taxas de juros, segundo o mesmo autor eram de 60% ao ano. Mas não apenas eram cobrados impostos sob a forma monetária, e sim, e muito mais até, em espécies e também em taxas alfandegárias portuárias e comerciais. A cunhagem local de moedas, novidade no mundo todo da época, começa a se tornar comum nas satrapias persas e Jerusalém não foge a regra. Pela primeira vez nós lemos sobre os “daricos” persas no livro de

Esdras. Contudo, com a crescente demanda de converter os produtos agrícolas em moedas, há uma consequência da produção monetária: deixa-se de plantar para subsistência e começa a se plantar para o comércio. Na parte montanhosa da Judeia o cultivo não era tão fácil como na planície do Jordão, embora a maior parte da região se encontrasse nas montanhas possuindo uma irrigação irregular gerando dificuldades econômicas como vimos.

Após a descoberta de documentos administrativos em Persépolis, podemos ter uma imagem nítida do cotidiano econômico persa pela arqueologia complementando os textos bíblicos e historiográficos. Segundo esses documentos, funcionários do Estado Persa possuíam rações diárias que variavam entre “cerca de 1 litro de cereal para o simples trabalhador e quase o dobro para seu superior” (2014, p. 92).

Gerstenberger irá nos informar que a cultura urbana teria crescido muito durante o período persa até alcançar dimensões ainda maiores no período helenístico enquanto a economia privada também parecia florescer (*Ibid.*, p.93). Entretanto, as escavações na Palestina revelaram uma “decadência ao lado de prosperidade”, onde segundo o autor, citando pesquisas arqueológicas, os “humildes artigos do uso cotidiano mostram a distância entre a província e o centro do império, enquanto os artigos de luxo encontrados mostram que a elite provincial se orientava pelos padrões da capital” (GERSTENBERGER, 2014, p. 123-124). Pelo que Neemias aborda no capítulo 5 de seu livro, dos versos 1 ao 5:

Foi, porém, grande o clamor do povo e de suas mulheres, contra os judeus, seus irmãos. Porque havia quem dizia: Nós, nossos filhos e nossas filhas, somos muitos; então tomemos trigo, para que comamos e vivamos. Também havia quem dizia: As nossas terras, as nossas vinhas e as nossas casas empenhamos, para tomarmos trigo nesta fome. Também havia quem dizia: Tomamos emprestado dinheiro até para o tributo do rei, sobre as nossas terras e as nossas vinhas. Agora, pois, a nossa carne é como a carne de nossos irmãos, e nossos filhos como seus filhos; e eis que sujeitamos nossos filhos e nossas filhas para serem servos; e até algumas de nossas filhas são tão sujeitas, que já não estão no poder de nossas mãos; e outros têm as nossas terras e as nossas vinhas.

De acordo ainda com o Gerstenberger, esse texto não se refere a um período de fome isolado nem tampouco a situação social geral da Judeia durante os duzentos anos de domínio persa. “Provavelmente a verdade está no meio: a economia da província de Judá era suscetível a catástrofes naturais e abalos políticos. Ela não podia produzir excedentes grandiosos” (*Ibid.*, p. 124) nem armazenar reservas maiores. Com o sistema tributário persa e a reconstrução ainda inicial da cidade e das vidas do povo judeu, o povo sofria nas mãos de governos provinciais que deixavam de cumprir a Lei Mosaica ou quando aconteciam

fenômenos climáticos que produziam seca.

O livro do profeta Ageu, por exemplo, escrito 80 anos antes, diz que por causa da interrupção da obra do templo pelas afrontas dos adversários regionais “você têm plantado muito, e colhido pouco”... Por causa do meu templo, que ainda está destruído... o céu reteve o orvalho e a terra deixou de dar o seu fruto” (Ag 1: 6, 9 e 10; NVI). A situação agrícola era aparentemente, dependendo do tempo, instável, provocando graves consequências para a economia, que em geral era de subsistência. Achados arqueológicos mostram que havia uma modesta troca comercial com outras regiões. Eram poucas as riquezas do solo, talvez houvesse venda de cobre ou sal do mar Morto, mas “produtos especiais, como material aromático (En Gedi), eram bens de comércio valiosos”. A “agricultura fornecia óleo, vinho e trigo, mas aparentemente o excedente era pequeno perante o uso da própria população” (2014, p. 126).

Na questão técnica, “foram encontrados frequentemente pés de poltronas em bronze, estilizados como garras de leão, taças, jarros, assim como joias de ouro e prata. Estatuetas de pedra, argila ou metal, cerâmicas de todo tipo” estão presentes nas numerosas escavações na Palestina e de “oficinas locais” (*Ibid.*, p. 127). No todo a arqueologia nos mostra uma população que vivia pacificamente e que participava das “bênçãos da civilização da época” de forma comedida. Percebemos pela competência dos artesãos autóctones que a região mantia contato com os povos vizinhos. “Os centros comerciais mais fortes eram Sidon e Tiro; as rotas comerciais internas os ligavam a Jerusalém e à produção de Judá” (BETLYON, 1986, p. 636).

O povo judeu não se concentrou apenas em Jerusalém. Muitos judeus ficaram nos lugares para onde haviam sido levados cativos e depois de já terem fixado raízes, não retornaram a sua terra natal. É o caso de diversas comunidades judaicas que estiveram espalhas pela extensão do Império Persa como a Colônia Militar de Elefantina e a Comunidade Babilônica. Isso fez com que a cultura israelita se mesclasse cada vez mais com as culturas locais e por adição à cultura imperial. Por isso as exigências “segregacionistas” dos habitantes de Jerusalém: o povo já estava muito acostumado ao modo de vida estrangeiro que na maioria das vezes era contrário a Lei. Tanto os judeus como os persas deixaram marcas um no outro, mas é muito mais visível o que os persas legaram para o povo judeu do que o seu oposto. O povo vencedor geralmente trata de escrever a história como sendo a cultura dominante. Até que ponto isso é verdade, nós não sabemos mas podemos ter uma ideia pela relação atual entre esses dois povos.

Recentemente, os documentos arqueológicos achados na ilha de Elefantina no rio Nilo, perto da primeira catarata, no Egito, constituem uma importante fonte de

informação sobre essa época. Embora haja controvérsias na datação dessa comunidade, sabe-se que Cambisses encontrou em 525 a.C. uma comunidade com um templo de YHWH. “Por isso a chegada de mercenários judeus é datada diversamente, até no século VII a.C.” (2014, p. 137). Encontraram-se nesses arquivos contratos de casamento, de terrenos, empréstimos e também questões sobre a data e o ritual da páscoa endereçadas pelas autoridades de Jerusalém a comunidade de Elefantina. Outros manuscritos já abordam a reconstrução do templo em Elefantina, que havia sido destruído por sacerdotes egípcios, enviados ao governador de Judá no ano de 407 a.C., Bagoas, pelo que este responde que só deveriam ser sacrificados nesse templo cereais e incensos sem ofertas com sangue, devendo estas ser em Jerusalém. Porém, pelo que indica os achados arqueológicos, o templo nunca foi reconstruído, devida sua existência também estar em contradição a lei mosaica expressa em Deuteronômio 12 sobre o culto unitário.

Esse embate religioso também se encontrará com Zoroastrismo, a religião dos persas. Segundo Mesquita (1973, p. 280), ao contrário da grande enxurrada de pesquisadores que afirmam que o monoteísmo judaico na verdade seria uma monolatria advinda da religião de Zoroastro, o que contradiz a própria datação de ambas as religiões, o zoroastrismo não parece ter sido forte no tempo de Ciro, vindo a se consolidar no tempo de Dario I sob as “bênçãos” de Ahura-Mazda, a “fonte de sabedoria”. Sendo marcada por uma forte dualidade entre o bem e o mal, a luz e as trevas, possivelmente poderá ter sido influenciada pelos escritos judeus.

Nesse contexto, vemos a importância de se delimitar o credo judaico frente as correntes de pensamento babilônica e persa pela própria formação do Cânon Bíblico. “Provavelmente todas as Escrituras hebraicas – com exceção de pequenas composições ocasionais – se devem, em sua forma atual ... àquele período de mudanças do Segundo Templo” (GERSTENBERGER, 2014, p. 218). Pelo que a historiografia e a arqueologia apontam, é que os livros bíblicos de Neemias, Esdras, Ester, Ageu, Zacarias, Malaquias, parte dos Salmos e do livro de Daniel e grande parte dos livros de Crônicas foram escritos no período persa, fechando o cânon veterotestamentário da Bíblia Hebraica. Compilando os escritos proféticos, históricos, poéticos e a Lei, os sacerdotes judeus e os escribas assumiram papel fundamental para preservação da tradição e “separação” dos outros povos. Entretanto, é questionável se a autoridade dos textos também era obedecida nas comunidades judaicas espalhadas pelo império persa, sendo muitas delas influenciadas pela religiosidade e espiritualidade persa e babilônica

O hebraico tornou-se uma língua praticamente morta, só conhecida dos anciãos, tornando-se o aramaico oriental a língua do povo. Entretanto,

podemos, ainda supor que isso tivesse concorrido para preservar mais a pureza dos textos, visto se terem tornado privilégio apenas de uma pequena parcela do povo (MESQUITA, 1973, p. 282).

Como a língua oficial do império era o aramaico, o que se prolongará até mesmo após a queda dos persas, sendo a “língua franca” de Judá nos próximos quatrocentos anos, o hebraico se limitou a poucas pessoas, podendo haver uma maior preservação dos textos. Para o maior estudo das Escrituras, criaram-se as sinagogas onde a Lei era estudada sabaticamente e os rabinos procuravam explicá-la.

O domínio persa se estendeu nos governos de Dario II Oco (r. 403 – 404), Artaxerxes II Mnemom (r. 404 – 359), Artaxerxes III Oco (r. 359 – 338), Arses (r. 338 – 335) e Dario III Codomano (r. 335 – 331) os quais parecem terem mantido, se não o mesmo, um relacionamento parecido com os judeus daquele que seus predecessores possuíram. Os relatos bíblicos se silenciam a respeito desses aproximados 60 anos de história e coube a arqueologia nos últimos anos nos revelar grande parte das informações a respeito da vida comunitária de Judá nesse período. Quanto aos escritos históricos persas, estes são muito mais focados nas partes administrativas do império e nas guerras com os gregos que culminaria no fim do maior império já visto até então.

2.4 A Queda dos Persas:

O biênio dos anos 480-479 a.C. das guerras greco-persas marca o “limite entre o lado de ascensão-expansão e o lado de declínio-retração” do império (ASHERI, 2006, p. 133). Logo, quando os muros de Jerusalém estavam sendo reconstruídos, o governo aquemênida já sentia suas primeiras derrotas externas para os gregos. Após isso, internamente também haverá revoltas de sátrapas, crises dinásticas, tentativas de reconquista de áreas perdidas, o que contribuirá para um enfraquecimento do império tanto interna como externamente. O poder central chegou a um tempo em que não foi capaz mais de se articular com a periferia. O próprio expansionismo enfraqueceu o conquistador. Segundo ainda Asheri, (*Ibid.*, p. 134): “os tributos, as dádivas, o butim, as riquezas fabulosas, a vida palaciana, o poder sem oposição” transformaram o caráter persa. Quando Alexandre, o Grande, domina a Pérsia em 331 a.C., ele encontra um Império centralizado fundamentado em uma economia monetária articulada por vias que conectavam todas as suas regiões; com uma burocracia administrativa estatal padronizada e legalmente estruturada; e ainda com uma amplitude cultural dominada pelo ideal máximo monárquico, o qual se perde com a divisão dos reinos helenísticos.

Flávio Josefo, importante historiador judeu do primeiro século d.C. diz que a

rivalidade entre os judeus e samaritanos iria aumentar nos últimos anos do período persa se estendendo durante o domínio ptolomaico e selêucida entre os adeptos de Sambalate, governador mencionado na história de Neemias, e os que adoravam ao Senhor em Jerusalém de acordo com a Lei.

Durante esses anos, o último profeta judeu que temos notícia considerado canônico foi Malaquias, tendo sua datação posta desde o governo de Artaxerxes I até o de Artaxerxes II, não havendo um consenso sobre quando foi escrito. No seu último capítulo vemos uma ardente expectativa pela redenção, apesar de terem uma relativa autonomia governativa, ansiavam pela sua completa libertação de jugo estrangeiro, unificação espiritual e as glórias do passado:

Pisareis os perversos, porque se farão cinzas debaixo das plantas de vossos pés, naquele dia que preparei, diz o SENHOR dos Exércitos. Lembrai-vos da Lei de Moisés, meu servo, a qual lhe prescrevi em Horebe para todo o Israel, a saber, estatutos e juízos". (MI 4: 3-4; ARA).

Apesar do relacionamento entre judeus e persas ter sofrido diversos obstáculos, sempre havendo confusão com os povos da região, podemos dizer que ele foi profícuo para a restauração de Jerusalém e do povo judeu. Isso não ocorreu com o restante das outras tribos de Israel quando dominadas pelos assírios no século VIII a.C., devido a prática habitual deles de deportarem os povos e renovarem as populações locais, o que ocorreu em Samaria. Com o passar do tempo, o povo judeu foi submetido a inúmeros governos que os perseguiram como os: ptolomeus, selêucidas e romanos, sendo deportados e espalhados entre várias nações, só voltando a constituir uma nação soberana como nos tempos antes do cativeiro babilônico agora no século XX. A Pérsia por sua vez, voltou a ter governos próprios com o Império Parta (Arsácida) o qual se sublevou contra o domínio selêucida e dominou extensamente a região até a ascensão dos sassânidas em 224 d.C., governando a região até serem conquistados em 651 pelo Califado Ortodoxo, tendo então o islamismo dominado a Pérsia até a atualidade.

Mesmo sabendo muito pouco dos fatos antigos de seu país, tantos os reis arsácidas quanto os sassânidas ligavam-se, através de genealogias fictícias, aos reis aquemênidas, símbolo da grandeza passada; e até mesmo o último xá Mohammed Reza Pahlevi tinha prazer em se aparentar idealmente, se não genealógicamente, com Ciro, o Grande, organizando em sua honra, uma grandiosa comemoração em 1971, dois mil e quinhentos anos após a morte do fundador do império" (ASHERI, 2006, p. 18).

Sabemos que os judeus que hoje vivem na Pérsia (República Islâmica do Irã) enfrentam perseguição por serem uma minoria religiosa (FURTADO, 2010) que seguem o judaísmo em um país teocrático islâmico. Em nível internacional, as rivalidades entre Israel e Irã atingem patamares que podem originar grandes guerras

entre ambos envolvendo nações como Rússia e Estados Unidos. A proeminência na região é disputada ainda entre os antigos povos do “Transeufrates” e os mesopotâmicos. A Ásia Central e o Oriente Médio continuam constituindo palco de grandes acontecimentos que influenciam o mundo inteiro seja através de suas religiões, economia com a importação agrícola e exportação petrolífera, ou até mesmo de suas culturas e expansionismo militar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história mundial perpassa diferentes culturas e povos, uns imprimindo suas marcas mais do que outros nos vestígios históricos que chegam até nós, seja pela sua grande influência política e socioeconômica que tiveram, seja pela dominação cultural que obtiveram. Não significa que foram mais importantes, mas que a escrita da própria história se deu pelas mãos das elites desses povos. A Arqueologia então tenta nos mostrar vertentes das “camadas de baixo” das populações dominadas juntamente com a História Social e Cultural. Os persas, durante muito tempo, foram alvos de pouco estudo científico em busca de sua vida e sociedade, devido terem perdido as batalhas para os gregos que escreveram a história ocidental e marcaram para sempre o mundo da Antiguidade. Da mesma forma que o povo judeu relegado durante quase dois mil anos a um povo apátrida, foi alvo constante de críticas e perseguições. A história dos judeus, espalhados pelas nações, é a história de todos nós. O Novo Mundo foi “descoberto” e habitado por diversos europeus descendentes de judeus, deixando um enorme legado para a história ocidental, haja vista os valores e cultura desta serem moldados por aspectos judaico-cristãos. Os persas, por sua vez, se mantiveram concentrados na região a leste do Iraque, se colocando entre os caminhos históricos da Índia, dos árabes, da Síria e da Babilônia. Marcando e sendo marcados pelas sociedades desses povos, deixaram um pouco de sua cultura em toda a história oriental.

Ao pesquisarmos a relação de judeus e persas, entendemos mais um pouco sobre a relação entre Ocidente e Oriente. A monarquia persa, símbolo do que poderíamos chamar de um “absolutismo” e a assembleia judaica de Jerusalém, espécie de aristocracia pautada em valores legalistas, por que não chamar de “democrática”? Toda a nossa economia monetária começou justamente com a expansão persa que fez com que a antiga fábrica lídia de moedas se internacionalizasse. A administração governamental foi solidificada e o direito foi cada vez mais incrementado. A religião antiga de ambos os povos fundamentaram, tanto o zoroastrismo no hinduísmo, budismo e na magia dos “madai” (magos do oriente), como o judaísmo no cristianismo e espiritismo.

Os judeus tiveram suas vidas reconstruídas na província de Judá, mas não deixaram de ser um povo dominado por outro maior. Seu desejo por libertação e por um “messiah” verdadeiro, espelhado em Ciro, mas que restaurasse seu poder monárquico dos tempos de Davi continuou por séculos, culminando em Jesus, sendo seguido por parte do povo judeu, do qual ainda muitos aguardam a chegada do messias prometido que possa governar Israel. O Irã também espera seu messias hoje que possa dominar sobre a terra, baseado no Corão. A expectativa de glória e desejo de serem libertos de influências externas não é algo apenas da Antiguidade mas permanece hoje entre os povos e espelha na verdade algo muito mais interno e espiritual. Teocráticos, tanto os persas como os judeus, buscaram espalhar suas cosmovisões e o fizeram muito bem.

4. REFERÊNCIAS

ASHERI, David. **O Estado Persa: ideologias e instituições no império aquemênida**. Tradução de Paulo Butti de Lima. Coleção: DEBATES/D.304. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BETLYON, John Wilson. “The Provincial Government of Persian Period Judea and the Yehud Coins.” **Journal of Biblical Literature**, vol. 105, no. 4, pp. 633 – 42, 1986.

BRIANT, P. **From Cyrus to Alexander: a history of the Persian Empire**. Winona Lake, IN: Eisenbrauns, 2002.

CIRO, O Grande. O cilindro de Ciro. 539 a.C. Argila queimada feita sob roda. Objeto nº 90920. Comprimento: 21,90 x 22,80 cm; Diâmetro máx. 10 cm. [Londres: **Museu Britânico** (UK)]. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1880-0617-1941. Acesso em: 25 mar. 2023.

FRIED, Lisbeth. S. 150 Men at Nehemiah’s Table? The Role of the Governor’s Meals in the Achaemenid Provincial Economy. **Journal of Biblical Literature**, vol. 137, no. 4, pp. 821 – 831, 2018.

FRIZZO, Antonio Carlos. “Um Edito” imperial e três versões de reconstruir a Yehud Persa. **Rev. Pistis Prax**, Teol. Pastor., v. 12, n. 2, p. 206-226, maio./ago. 2020.

FURTADO, Nemaída Costa dos Santos. **A Questão dos Direitos das Minorias Religiosas no Irã**. 2010. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Ibmec, Rio de Janeiro, 2010.

GERSTENBERGER, Erhard S. **Israel no tempo dos persas: Séculos V e IV antes de Cristo**. Tradução de Cesar Ribas Cezar. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2014.

HERÓDOTO. **História**. Tradução de J. Brito Broca; estudo crítico de Vitor de Azevedo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. 8°. ed. Tradução de Vicente Pedroso. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2004.

LAUTER, Gabriel Giroto. Ciro, o Ungido do Senhor: um estudo das profecias sobre Ciro presentes no livro do profeta Isaías. **Revista Ensaios Teológicos**, vol. 01, no. 02, Dez/2015..

MESQUITA, Antônio Neves de. **Povos e Nações do Mundo Antigo: Uma História do Velho Testamento**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1973.

PFEIFFER, Charles F., **Comentário Bíblico Moody**. Vol 1. São Paulo: IBR, 1998.

REESE, Edward (org.). **A Bíblia em Ordem Cronológica: Nova Versão Internacional**. São Paulo: Ed. Vida, 2003.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Sob as botas do Império Persa. **Dimensões -UFES**, v. 17, pp. 105-115, 2005.

SILVA, Omar João da. Reconstrução dos muros de Jerusalém: uma aproximação arqueológica e hermenêutica de Neemias 2,1-10 – 3,1-32. **UMESP**, v. 81, n. 1, p.21-32, 2020.

TRINITARIANA, **Sociedade Bíblica**. **Bíblia Sagrada: Almeida Corrigida Fiel**. Disponível em: <https://biblias.com.br/acfonline>. Acesso em 20 mar. 2023.

VENÂNCIO, Mariana Aparecida. O Alvorecer de uma Nova Esperança: a Ascensão do Império Persa e a Libertação de Israel. **RHEMA**, v. 15, n. 48/49/50, p. 135-148, jan./dez. 2011.

Contatos: asaphmozart10@gmail.com e silasluiz.souza@mackenzie.br